

O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

permite conhecer, nomeadamente:

- a taxa de risco de pobreza
- a desigualdade na distribuição dos rendimentos monetários dos residentes

com desagregação ao nível NUTS II desde 2018.

É uma operação estatística realizada em Portugal desde 2004, atualmente no quadro do Regulamento (UE) 2019/1700 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 10 de outubro, que estabelece um regime comum para as estatísticas europeias respeitantes às pessoas e aos agregados domésticos, com base em dados individuais recolhidos a partir de amostras, e dos Regulamentos de Execução (UE) 2019/2242 e 2021/2052 da Comissão, respetivamente de 16 de dezembro de 2019 e de 24 de novembro de 2021, que especificam os aspetos técnicos sobre a organização de um inquérito por amostragem no domínio do rendimento e das condições de vida, com aplicação em todos os Estados-Membros, permitindo a comparação internacional dos dados nacionais.

A metodologia de inquérito prevê o acompanhamento de cada família selecionada para a amostra durante quatro anos de modo a viabilizar estudos sobre o impacto das condições económicas e das políticas sociais nos diferentes grupos sociais.

A QUALIDADE DOS RESULTADOS
ESTATÍSTICOS DEPENDE DO NÚMERO E DA
QUALIDADE DAS RESPOSTAS OBTIDAS.

CONTAMOS CONSIGO!

Todos os dados estatísticos individuais recolhidos pelas autoridades estatísticas são de natureza confidencial (Lei n.º 22/2008 de 13 de maio - Artigo 6.º). Subsidiariamente aplica-se a legislação relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais, nomeadamente, o Regulamento (UE) 2016/679, de 27 de abril.

Como posso solicitar mais esclarecimentos?

- Diretamente ao Entrevistador quando o contactar
- Através do email: apoio.respondente@ine.pt

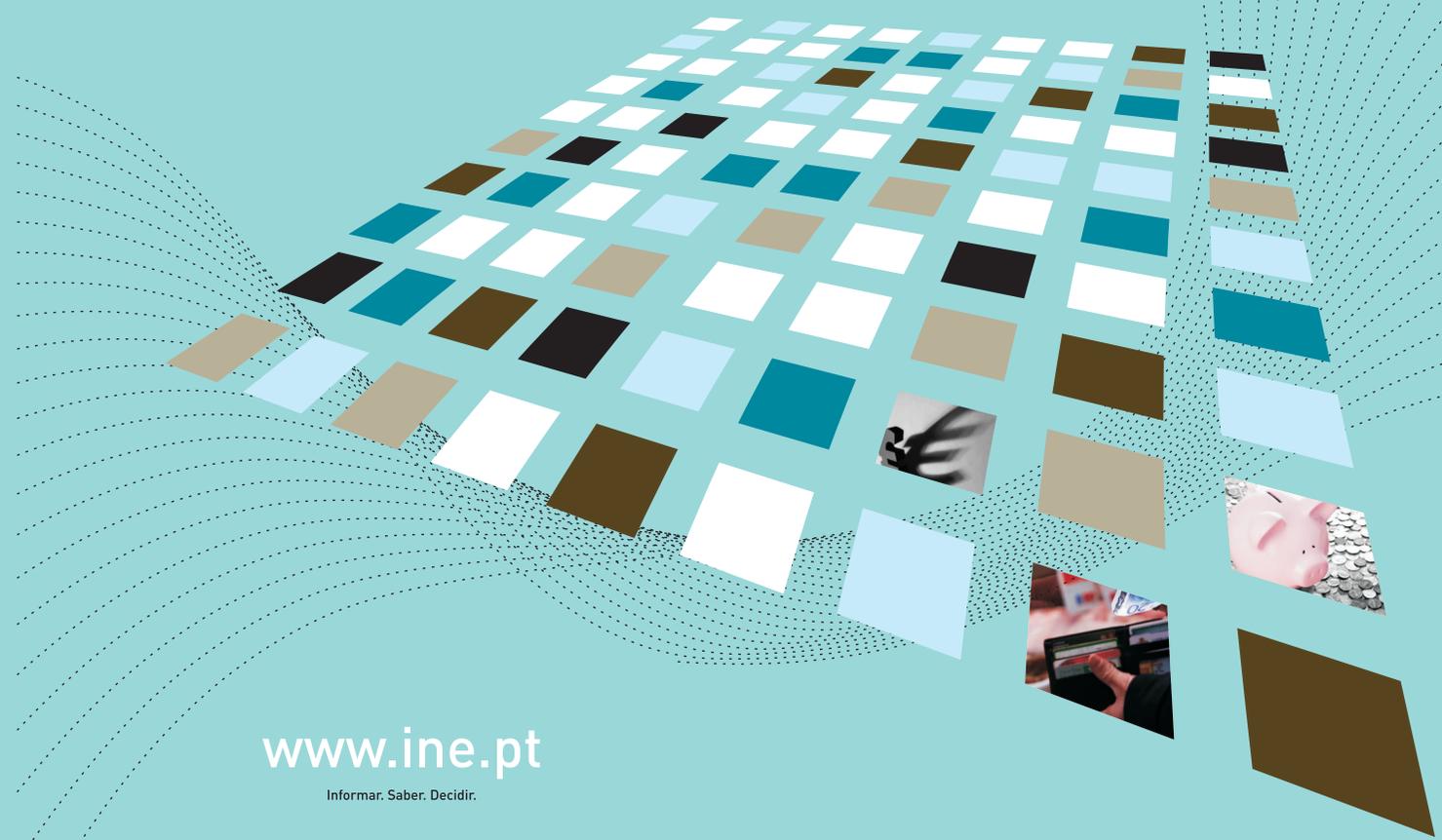
Instituto Nacional de Estatística
Av. António José de Almeida
1000-043 LISBOA



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

2025



www.ine.pt

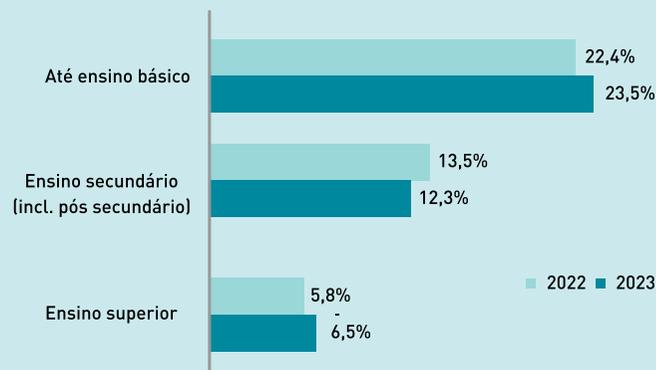
Informar. Saber. Decidir.

ALGUNS RESULTADOS DO INQUÉRITO

De acordo com o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC) realizado em 2024, incidindo sobre rendimentos de 2023, 16,6% dos indivíduos residentes em Portugal encontravam-se em risco de pobreza, menos 0,4 pontos percentuais do que em 2022. O limiar de pobreza estabelecia-se, em 2023, em 632 euros por mês.

A educação tem um contributo importante para a redução do risco de pobreza: enquanto 23,5% da população que tinha concluído, no máximo, o ensino básico era pobre em 2023, o risco de pobreza descia para 12,3% entre a população que tinha terminado o ensino secundário ou pós-secundário e para 6,5% entre a que tinha concluído o ensino superior.

Taxa de risco de pobreza por nível de escolaridade, Portugal, 2022-2023



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2023-2024

Desigualdade na distribuição de rendimentos S80/S20, Portugal, 2017-2023



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2018-2024

A distribuição dos rendimentos em Portugal continua a pautar-se por forte desigualdade: em 2023, a soma do rendimento monetário disponível dos 20% da população com maiores recursos era 5,2 vezes a soma do rendimento monetário disponível dos 20% da população com menores recursos.

Nota: O rendimento monetário disponível é medido pelo rendimento monetário líquido equivalente.



A taxa de risco de pobreza é a proporção de habitantes com rendimentos anuais por adulto equivalente inferiores ao limiar ou linha de pobreza relativa, calculada a partir da distribuição dos rendimentos monetários líquidos equivalentes (60% da mediana). O rendimento por adulto equivalente obtém-se dividindo o rendimento de cada agregado familiar pela sua dimensão em termos de adultos equivalentes (escala modificada da OCDE).

Os indicadores de desigualdade na distribuição dos rendimentos, como por exemplo o S80/S20, medem a assimetria na distribuição dos rendimentos anuais por adulto equivalente entre os grupos da população com maiores e menores recursos, ou seja, quanto vale o total dos rendimentos da população com maiores recursos em comparação com o total dos rendimentos da população com menores recursos.

A recolha pormenorizada e rigorosa de todos os rendimentos das famílias selecionadas, por tipo e nível de rendimento, bem como das características de cada membro, permite calcular indicadores de desigualdade e de pobreza associados à distribuição dos rendimentos das famílias.

Mais informação em:

www.ine.pt